

MOÇÃO DE REPUDIO CONTRA O VENENO DO AGRONEGÓCIO EM RIO VERDE (GO)

Um ano e duas semanas depois, os participantes do III Encontro Nacional de Agroecologia (ENA) exigem a efetiva responsabilização dos envolvidos no crime de pulverização de agrotóxicos sobre 122 crianças e funcionários de uma Escola do Campo e a garantia ao tratamento digno dos atingidos à seus direitos.

Os mais de 2000 participantes reunidos em Juazeiro (Bahia), de 16 a 19 de maio de 2014, para o III ENA sob o tema Cuidar da Terra, Alimentar a Saúde, Cultivar o Futuro assinam esta Moção de Repúdio em solidariedade aos funcionários, estudantes, professores da Escola do Assentamento Pontal dos Buritis. A escola fica na área rural do município de Rio Verde/GO e as pessoas ainda sofrem com a violência do agronegócio e violação de seus direitos, desde que um avião de pulverização aérea de agrotóxicos fez "chover" veneno sobre a escola.

Somos agricultores e agricultoras, trabalhadores e trabalhadoras do campo e da cidade, pesquisadores e pesquisadoras, de diferentes movimentos sociais, organizações não governamentais e instituições públicas, indígenas, quilombolas e muitos outros grupos que representam a multiplicidade de territórios e povos de nosso país.

Entre os diferentes temas que refletimos nesse III ENA dedicamos momentos para a questão do uso de Agrotóxicos e seus impactos na Saúde. Não temos dúvidas de que chegamos a uma situação de uso de agrotóxicos no Brasil absolutamente insustentável, insuportável, inaceitável, que precisa ser urgentemente revertida. Muitas pessoas têm adoecido e morrido pelo uso de agrotóxicos. São muitos casos de intoxicações, de câncer, de suicídios, de alteração do desenvolvimento das crianças e adolescentes e de muitos outros impactos na saúde e no meio ambiente. É muito sofrimento! Quando denunciemos as relações entre o uso de agrotóxicos e adoecimento somos perseguidos e ameaçados. Basta!

Nesse nosso encontro relembramos o caso da chuva de venenos agrícolas sobre a Escola do Assentamento Pontal dos Buritis ocorrida no dia 3 de maio de 2013. A Secretaria Municipal de Saúde e a Prefeitura de Rio Verde (GO), assim como a Secretaria Estadual de Saúde e o Ministério da Saúde não têm garantido o direito dos atingidos a um atendimento digno de acordo com a Constituição Federal de 1988. Assim como os poderes Judiciário e Legislativo, a imprensa que domina os meios de comunicação, e o agronegócio como um todo, com pouquíssimas exceções, fazem um esforço para colocar no esquecimento essa triste situação marcada por muitas formas de violência direta e institucional.

Esse não é um fato isolado e não pode ser chamado de acidente. Trata-se de um crime que se repete pelo Brasil, e que justifica nosso pleito pela proibição da prática da pulverização aérea de agrotóxicos!

Exigimos das autoridades que tratem desse caso de forma exemplar, na resposta do poder público em garantir todos os direitos aos atingidos, e na responsabilização de todos os envolvidos, desde a empresa de pulverização aérea aos segmentos da cadeia produtiva que culminou na tragédia da chuva de veneno sobre a escola.

Acolhemos o sofrimento dessas pessoas como NOSSO sofrimento. Deliberamos no III ENA que não deixaremos esse caso impune! Não descansaremos enquanto todos os direitos sejam garantidos aos atingidos! Educação do campo e saúde são direitos das populações do campo!